

1 **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZESSETE DA**
2 **CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE**
3 **ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e

4 dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, no Auditório do Instituto de Geociências,
5 realizou-se a Segunda Reunião Extraordinária de dois mil e dezessete da Congregação
6 sob a Presidência do Professor Doutor Sergio Luiz Monteiro Salles Filho e com a
7 presença dos seguintes membros: Professores Doutores Adriana Maria Bernardes da
8 Silva, Alfredo Borges de Campos, Archimedes Perez Filho, Emilson Pereira Leite,
9 Frésia Soledad Ricardi Torres Branco, Flávia Luciane Consoni de Mello, Leda Maria
10 Caira Gitahy, Marcio Antônio Cataia, Rosana Icassatti Corazza, Sueli Yoshinaga
11 Pereira, Wanilson Luiz Silva, os representantes discentes da graduação Jessica
12 Aparecida Santos Rodrigues e Bruno Augusto Martins de Toledo, os representantes
13 discentes da pós-graduação Altair Aparecido de Oliveira Filho e João Paulo Araújo
14 Pitombeira e os representantes dos servidores técnicos administrativos Ricardo
15 Campos Passanezi e Sonia Maria Tilkian de Carvalho. Justificou sua ausência o
16 Professor Doutor Carlos Roberto de Souza Filho. Havendo número legal de
17 representantes o Professor Sergio declara abertos os trabalhos da Segunda Reunião
18 Extraordinária de dois mil e dezessete da Congregação. Informa que nesta reunião não
19 haverá Expediente. Como há uma plateia diferenciada presente no Auditório esclarece
20 que é possível o uso da palavra por quem não pertence à Congregação, bastando para
21 isso pedir a um membro da Congregação que solicite a palavra para ele. Inicia
22 colocando em discussão o item 1 que trata da Ata da Consulta para Coordenador de
23 Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas –
24 Mandato 2017-2019. Não havendo observações a referida Ata é homologada, com uma
25 abstenção. Continuando os trabalhos coloca em discussão o item 2: Política de Cotas e
26 Ações Afirmativas da UNICAMP: encaminhamento do Instituto de Geociências. O
27 Professor Sergio diz que fará uma preliminar sobre o assunto, depois passará a palavra
28 ao Professor Márcio e, em seguida, ela estará aberta aos membros da Congregação e
29 aos convidados. Trata-se de um assunto importante que vem sendo discutido na
30 Universidade já há algum tempo. A urgência de ter sido colocado agora em uma
31 reunião extraordinária da Congregação é porque é preciso levar uma posição do IG
32 sobre este assunto que está pautado para a reunião do CONSU do dia trinta de maio.
33 Hoje pela manhã esteve em uma reunião convocada pelo Reitor sobre o
34 encaminhamento que vai ser dado para este assunto no dia trinta de maio. Esclarece
35 que no IG foram realizadas duas reuniões para tratar deste tema, que foi o tempo que
36 houve nesta transição entre a diretoria anterior do Instituto e a nova direção.
37 Convidaram algumas pessoas para fazerem apresentações. Na reunião de quinta-feira
38 passada o Professor Renato Pedrosa que é do Instituto, fez uma apresentação, o
39 Professor Júlio César Hadler Neto, do Instituto de Física que faz parte do GT e alguns
40 membros da Frente Pró-Cotas participaram da discussão, assim como docentes e
41 funcionários. Ontem houve um segundo debate com a presença do Teófilo de Souza
42 Carmo Reis do GT que também pertence ao Frente Pró-Cotas e ao Núcleo de
43 Consciência Negra da Unicamp; do Professor Lauro, do IEL e do Professor Renato
44 Pedrosa que apresentou mais alguns dados sobre o IG e outras Unidades da
45 UNICAMP, com a presença de muitos participantes internos e externos ao IG no
46 debate. Alguns encaminhamentos, como a forma que o assunto deverá ser tratado,
47 ficaram evidentes nas discussões nessas duas reuniões. O primeiro destaque é a
48 necessidade que a UNICAMP tem de tomar uma decisão sobre esse assunto. No ano
49 passado após as três audiências públicas o GT fez um relatório consolidando as
50 apresentações, com uma análise no final do texto e apresentou uma proposta de
51 operacionalização das cotas. Esse documento foi circulado no Instituto há duas
52 semanas juntamente com um estudo da COMVEST sobre a proposta apresentada pelo

53 GT. Esses documentos, além das apresentações que foram muito ilustrativas serviram
54 de apoio às discussões Quase todas as Unidades da Universidade fizeram discussões
55 internas, mas pelo que soube hoje apenas quatro encaminharam uma posição fechada
56 à Reitoria, duas são favoráveis ao documento do GT e a proposta que consta no final
57 do documento e duas são contrárias. Entretanto todas as posições destacando a
58 necessidade de maior discussão para verificar os impactos dentro da sua Unidade,
59 esta foi uma questão que apareceu de maneira generalizada. Soube que com o PAAIS
60 o IC alcançou oitenta por cento do número de ingressantes de escolas públicas,
61 entretanto uma boa parte deles vem de colégios técnicos, é da classe média e não
62 atende ao critério socioeconômico. O critério étnico-racial não está sendo atendido pelo
63 PAAIS, a média hoje na UNICAMP de pretos e pardos é de vinte e dois por cento
64 quando a indicação, segundo dados do IBGE, colocado pelo GT de cotas seria de
65 trinta e sete virgula dois por cento. O tipo de bonificação dado pelo Programa de Ação
66 Afirmativa de Inserção Social da UNICAMP não altera substancialmente essa questão
67 étnico-racial. Nos últimos dois anos houve uma mudança no perfil dos ingressantes e
68 os estudantes originários de escola pública em dois mil e dezessete perfizeram
69 cinquenta e dois por cento do total, entretanto não foi verificado o perfil socioeconômico
70 desses estudantes. Na reunião com o Reitor foi apresentado o encaminhamento que
71 será dado para esse assunto na reunião do CONSU do dia trinta de maio, que foi
72 acordado entre a Reitoria, o próprio GT e a Frente Pró-Cotas. Não tem em mãos o
73 documento porque a pauta do CONSU será distribuída amanhã, mas tomou nota
74 durante a sua leitura. O Instituto tem autonomia para decidir o que quiser e a
75 Congregação é o ambiente para isto, mas fica como referência para saberem o que vai
76 ser votado no CONSU. O referido documento começa reconhecendo várias das
77 conclusões a que o GT chegou como a sub-representação hoje do PPI, a
78 desigualdade, a insuficiência das ações afirmativas atuais para dar conta daquelas
79 propostas que estão colocadas e propõe designar um GT que vai trabalhar exatamente
80 este ponto de ingresso na UNICAMP com uma meta. A minuta de deliberação do
81 CONSU tem seis pontos, o primeiro é a designação de um GT presidido pela
82 COMVEST com membros da Frente Pró-Cotas, do próprio GT, do Núcleo de
83 Consciência Negra e Representantes do CONSU para propor a operacionalização, o
84 melhor caminho para a UNICAMP conseguir maior inclusão, seja socioeconômica, seja
85 étnico-racial. A proposta será enviada às Unidades da UNICAMP que vão discutí-la
86 internamente e devolve-la ao GT que consolidará o que as Unidades decidirem.
87 Segundo o cronograma votado no CONSU o documento será encaminhado à Câmara
88 Deliberativa da COMVEST, depois seguirá para a Comissão Central de Graduação e
89 finalmente ao CONSU com um cronograma definido para o início das atividades em
90 vinte de junho e seu encerramento na reunião do CONSU do dia vinte e oito de
91 novembro. A minuta de deliberação coloca ainda que o GT deve trabalhar com os
92 assuntos relacionados à permanência e qualidade acadêmica e à criação de uma
93 Secretaria, na Universidade, para tratar e acompanhar, doravante, este assunto de
94 ações afirmativas. Este é o caminho que será proposto. De sua parte quer ir para a
95 reunião com a posição do Instituto de Geociências dada pela Congregação. Antes de
96 abrir a palavra aos colegas solicita ao Professor Márcio que faça um apanhado dos
97 dois debates que aconteceram no Instituto e apresente uma pequena análise da
98 situação atual do IG em relação, principalmente, a inserção étnico-racial e aos
99 ingressantes de escola pública. Infelizmente não têm os microdados da situação
100 socioeconômica dos ingressantes para apresentar. O Professor Marcio informa que a
101 discussão sobre a política de cotas foi realizada em dois momentos e boa parte dos
102 que estão aqui hoje estiveram presentes juntamente com os convidados aqui já
103 elencados pelo Professor Sergio. A Comissão de Graduação foi movida a organizar
104 essas duas reuniões pela urgência de um posicionamento do Instituto a ser

105 apresentado, pela Direção, numa próxima reunião do CONSU. Discutiram nessas
106 reuniões a questão de princípio e também fizeram uma análise do que vem
107 acontecendo na Universidade desde dois mil e cinco quando foi adotado o Programa
108 de Afirmação e Inclusão Social. Não tiveram acesso a muitos microdados para fazer
109 esta análise e se utilizaram dos dados da página da COMVEST para orientar a
110 discussão e foi por isso que sem terem ainda o conhecimento, naquele momento, dos
111 posicionamentos da Frente Pró-Cotas, pensaram em buscar duas reflexões: uma sobre
112 o princípio e outra sobre a questão operacional. A questão de serem favoráveis ou não
113 às cotas é que está posta neste momento fundamental em que a Universidade é
114 chamada a se posicionar em relação a um compromisso social com a diversidade da
115 população brasileira. O princípio já vem sendo discutido há bastante tempo, na década
116 de oitenta aconteceu uma importante discussão a esse respeito e não é por outra razão
117 que o Celso Furtado, quando foi Ministro da Cultura orientou o governo brasileiro a
118 fundar a Fundação Cultural Palmares que tinha justamente a missão de pensar a
119 diversidade populacional do país para orientar a universidade brasileira. Não adiantava
120 esperar de fora da Universidade por algumas mudanças sociais que implicassem na
121 inclusão de cotas étnica-raciais por isso a Universidade foi chamada a se posicionar e
122 realizaram esses dois momentos de discussão bastante profícuos no Instituto que os
123 conduziram aos posicionamentos que vão encaminhar. Algumas medidas vão aparecer
124 aqui em razão da importância do programa de Ação Afirmativa de Inserção Social,
125 implantado em dois mil e cinco e que, de fato, provocou certa transformação na
126 Universidade, ainda que muito tímida. Num segundo momento houve alteração no
127 programa levando a pontuação para as duas fases do vestibular. Isso afetou, de forma
128 significativa, a presença da escola pública dentro da Universidade, que depois sofreu
129 uma crítica porque parte dela seria de escolas técnicas do estado de São Paulo, o que
130 levaria as cotas da escola pública para as classes sociais de alta renda e não para as
131 de baixa renda. Esses foram os principais pontos tratados nessas duas reuniões que
132 fizeram para orientar a discussão de hoje. O Professor Sergio diz que sua expectativa é
133 que saiam desta reunião com um posicionamento do Instituto frente a essa questão da
134 inserção socioeconômica e étnica-racial referenciada tanto quanto possível ao que
135 acontece, de fato, no país e deem seguimento à discussão. Crê que a maioria dos
136 presentes concorda que dois eventos de debate ainda são insuficientes. É preciso mais
137 discussões, encontrar alternativas para chegar mais rapidamente e com a melhor
138 combinação possível de instrumentos ao atendimento desse anseio que lhe parece ser
139 bastante amplo, senão generalizado na Universidade. A seguir, abre a palavra para os
140 que quiserem se manifestar. O acadêmico Bruno solicita a palavra para Gustavo Reis
141 de Araújo que pertence ao GT e à Frente Pró-Cotas, que coloca que no ano passado o
142 GT contribuiu realizando as três audiências públicas em que discutiram, num primeiro
143 momento, a perspectiva histórica, ou seja, a justificativa da necessidade de
144 aprimorarem as políticas de ação afirmativa da Universidade, com a inclusão de
145 determinados grupos, no caso a população negra e a indígena. Num segundo
146 momento conheceram experiências de universidades que possuem cotas há algum
147 tempo, a exemplo da Universidade Federal da Bahia apresentada pelo Professor
148 Jocélio Teles. Nessa segunda audiência sanaram alguns mitos como o de que alunos
149 de escola pública possuem uma defasagem que não lhes permite avançar nos cursos e
150 questão de mérito colocada em torno do tema das cotas étnico-raciais no sentido da
151 diminuição da qualidade do ensino. A terceira audiência foi a que, de fato, discutiu a
152 política da UNICAMP, o PAAIS, o Professor Pedrosa do IG esteve lá participando das
153 discussões, assim como o Professor Edmundo e o Professor João Feres, da UERJ que
154 apresentou uma análise crítica desses onze primeiros anos do PAAIS. Sugere à
155 Congregação uma forma de encaminhamento concernente com o que consta às folhas
156 cinquenta e sete do relatório do GT: "...o sistema de bonificação deve ser substituído

157 pelo sistema de reserva de vagas no sentido de cotas étnico-raciais para negros” e um
158 pouco abaixo o “vestibular indígena, que não seria uma reserva, mas um adicional das
159 vagas”. Diz que solicitou a palavra para esclarecer que o princípio das cotas está
160 atrelado a uma reserva de vagas. A última página do relatório traz uma sugestão do GT
161 com porcentagens e afins, mas, como colocou o Professor Márcio, ela será discutida
162 posteriormente pela Comissão quando serão tratados os pormenores da
163 implementação. A Professora Sueli pergunta ao Professor Marcio se existe um
164 levantamento da porcentagem de negros, pardos e indígenas ingressantes neste ano.
165 O Professor Marcio esclarece que os números reafirmam que a política de ingresso de
166 PPI na Universidade não é um sistema de inclusão eficaz. A declaração de pretos e
167 pardos é feita pelo candidato no momento da inscrição para o vestibular e neste ano
168 nenhum dos matriculados optou por cota. É um numero errático que aparece em
169 alguns momentos por isso que se afirma que não existe uma política oficializada para
170 as reservas, elas estão dentro do sistema competitivo e dependem também daqueles
171 que se inscrevem no vestibular. Há um número elevado de presença de escola pública
172 num ano, no outro ano tem a metade disso, portanto não há um número fixado nem
173 uma porcentagem estabelecida para os cursos. Esperava encontrar um número maior
174 de estudantes matriculados no curso de Geografia noturno que viessem de escola
175 pública, pelo contrário, verificou que no último ano tiveram mais ingressantes de escola
176 particular nesse curso. O Professor Wanilson pergunta se nesta deliberação que está
177 sendo proposta pela reitoria para o CONSU do dia trinta de maio este detalhe da
178 reserva estaria contemplado. O Professor Sergio reafirma que somente amanhã terá
179 acesso à pauta da reunião do CONSU com a proposta de encaminhamento. O que se
180 lembra da leitura do documento é que este GT vai buscar os melhores caminhos para
181 se atingir a meta. Entende a meta colocada como um piso. Serão apresentados aos
182 Conselheiros no dia trinta os melhores caminhos para se atingir este piso. Cota é uma
183 das possibilidades, mas outros mecanismos serão também analisados pelo GT. É
184 possível que dali saia uma proposta apenas de reserva de cotas, ou cotas mais algum
185 instrumento como o PROFIS ampliado ou algo deste tipo. O PROFIS também trouxe
186 alguns resultados melhores do ponto de vista étnico-racial, comparativamente ao
187 PAAIS. Entende que o assunto SISU/ENEM também vai ser discutido. Hoje têm aqui
188 praticamente alunos da região, a Universidade deve caminhar na direção de um
189 vestibular nacional, mas não saberia dizer quais os melhores caminhos para isto. A
190 Professora Sueli pergunta em relação à reserva de cotas se, por exemplo, dez mil
191 candidatos se declararem de baixa renda ou negros, pardos ou de outra etnia e tiverem
192 cem vagas reservadas se essa competição não seria maior do que a do vestibular
193 normal. O Professor Sergio esclarece que, em linhas gerais, haveria no vestibular uma
194 reserva de vagas específica para aqueles perfis. A primeira proposta que saiu do GT
195 movimentou as discussões e que provavelmente será discutida doravante dividia as
196 vagas dos cursos em dois grandes grupos. Cinquenta por cento de vagas com os
197 critérios: ensino médio em escola pública e faixas de baixa renda, os dois critérios
198 juntos, dentro desses cinquenta por cento, trinta e um vírgula quatro por cento das
199 vagas seriam de ampla concorrência e dezoito vírgula seis por cento para auto
200 declarados pretos e pardos. A etnia indígena seria atendida num vestibular a parte,
201 com duas vagas oferecidas por curso e turno. Os outros cinquenta por cento seriam
202 vagas ditas, sem critério, em princípio, trinta e um vírgula quatro por cento com ampla
203 concorrência e dezoito vírgula seis por cento também reservado para auto declarados
204 pretos e pardos. A soma daria os trinta e sete vírgula dois por cento de vagas
205 reservadas para pretos e pardos equivalentes aos dados do IBGE sobre a população
206 preta e parda do Estado de São Paulo. Mas não é isto que será votado nesta reunião
207 da Congregação e sim um posicionamento do IG sobre a proposta do princípio de
208 cotas. Informa que a Diretoria do IG preparou uma proposta para ser discutida aqui nos

209 seguintes termos: “O Instituto de Geociências é favorável à ampliação das políticas de
210 inserção socioeconômica e étnico-raciais da UNICAMP para o ingresso de estudantes
211 nos seus cursos de graduação, observando-se a composição socioeconômica e étnico-
212 racial da população brasileira - e em particular do estado de São Paulo -, apontada
213 pelas pesquisas do IBGE. O Instituto de Geociências entende que as políticas de cotas
214 são um meio que promove a inserção socioeconômica e étnico-racial. O Instituto de
215 Geociências entende ainda que, do ponto de vista operacional, é preciso estudar com
216 maior profundidade quais os melhores caminhos para a ampliação da política de
217 inserção socioeconômica e étnico-racial, tendo em conta as particularidades dos
218 diferentes cursos desta Universidade. O Instituto de Geociências recomenda que a
219 UNICAMP implemente sistema de acompanhamento e suporte de políticas afirmativas
220 objetivando a permanência e o bom desempenho acadêmico dos ingressantes.”
221 Continuando, o Professor Sergio diz que a proposta da direção é fruto dos debates e
222 entendimentos que aconteceram no Instituto e acabou ficando coerente com o que será
223 pautado na reunião do CONSU. A discente Jéssica diz constatar que a maioria dos
224 aqui presentes esteve em algumas das reuniões de discussão da proposta, realizada
225 no Instituto. É preciso ficar claro para quem não esteve nas reuniões anteriores qual foi
226 o princípio que norteou a discussão do GT pró-cotas e culminou no relatório. Neste
227 momento não vão discutir a implementação das cotas étnico-raciais, mas somente o
228 princípio. A Professora Adriana diz que a sua fala vai ao encontro do que a Jéssica
229 colocou. Devem deixar muito clara a questão do princípio que abrange a reserva de
230 vagas e a partir dele tomar um posicionamento que envolve a dimensão histórica e a
231 questão étnico-racial atual no país, no que tange a desigualdade. É importante que
232 tornem bem claro hoje nesta reunião da Congregação que a implementação das cotas
233 leva necessariamente a reserva de vagas. O seu posicionamento é em defesa desse
234 princípio, que é o de reserva de vagas. A Professora Leda sugere uma alteração no
235 documento para deixar mais clara essa questão. Na frase:....”entende que as políticas
236 de cotas são um instrumento adequado para promover a inserção étnico-racial.”
237 Propõe que seja retirada a palavra “socioeconômico” porque é mais complicado de ser
238 implementada mas, terão que fazer essa discussão também. A Professora Sueli
239 pergunta se o estudante tem que estar ao mesmo tempo dentro das políticas
240 socioeconômicas e étnico-raciais para concorrer às cotas. Pela colocação que está
241 sendo feita pode-se entender isso. Acha que as duas questões são importantes. O
242 Professor Sérgio diz estar entendendo que existem três posicionamentos que podem
243 ser compatibilizados. Crê ser mais eficiente colocar a reserva de cotas para a inserção
244 étnico-racial do que para a socioeconômica que já conta com outros instrumentos de
245 ação afirmativa na UNICAMP como o PROFIS e o PAAIS. Retirar do texto o
246 socioeconômico não quer dizer que ele não esteja contemplado porque a colocação
247 inicial é que são favoráveis à ampliação das políticas de inserção socioeconômica e
248 étnico-racial. Trata-se de uma precisão dentro do debate que vem caminhando desde
249 que o relatório do GT tornou-se público. Um pequeno ajuste pode ser feito dando
250 espaço para a UNICAMP trabalhar não só as cotas como também outras políticas de
251 inclusão que existem desde dois mil e quatro. O Professor Márcio diz que o debate
252 colocado agora vai diretamente à questão étnico-racial. Na perspectiva socioeconômica
253 já existe implantada na Universidade uma ação afirmativa de inclusão social. Outro
254 ponto fundamental colocado na proposta da Diretoria é a política de permanência
255 porque na medida em que existe na Universidade a possibilidade da inclusão de alunos
256 com renda familiar mais baixa isto trará implicação direta em muitas políticas como a
257 moradia estudantil e o restaurante universitário. O problema é localizado por isso
258 incluíram a seguinte frase no terceiro parágrafo do texto: “...tendo em conta as
259 particularidades dos diferentes cursos desta Universidade”. No caso do IG, por
260 exemplo, os cursos 53, 54 e 55, Geologia e Geografia manhã e noite têm trabalho de

261 campo e já haviam debatido com os estudantes o custo zero para esta atividade. No
262 último parágrafo consta uma recomendação para que seja implementado um sistema
263 de acompanhamento para os estudantes que têm problemas na progressão na
264 Universidade. Hoje a Política de Acompanhamento Acadêmico dentro da CCG é muito
265 tímida. Vão ter que repensar esta política toda daqui para frente. Destaca que o
266 primeiro parágrafo do texto diz: "... favorável à ampliação das políticas de inserção
267 socioeconômica e étnico-raciais da UNICAMP para o ingresso de estudantes nos seus
268 cursos de graduação, observando-se a composição socioeconômica e étnico-racial da
269 população brasileira - e em particular do estado de São Paulo -, apontada pelas
270 pesquisas do IBGE." Esclarece que fizeram esta colocação sabendo que pela frente
271 virá um debate de nacionalização de muitos cursos, inclusive nas duas reuniões feitas
272 aqui foi destacado que os cursos de geologia e geografia são muito localizados. Os
273 alunos vêm primeiramente da região metropolitana de São Paulo, depois da região
274 metropolitana de Campinas, do Vale do Paraíba, da baixada Santista e depois do
275 interior do Estado de São Paulo. Sendo que no período de 2012-2015 dos três cursos
276 do IG apenas um estudante veio de fora do Estado de São Paulo. Por esta razão que
277 colocaram os dados do Brasil, mas, também os dados de São Paulo para repensarem
278 a posição das cotas. A discente Jéssica propõe uma alteração no segundo parágrafo
279 do texto que ficaria assim: "O IG é favorável ao princípio da política de reserva de
280 vagas para a inserção socioeconômica e étnico-racial". Dessa forma conseguiriam
281 defender o que foi colocado em todas as discussões sobre a questão do princípio
282 dessa reserva. A discente Fernanda destaca que o IG foi chamado a atender uma
283 tratativa que é a questão de cotas por reserva de vagas para alunos que corresponde à
284 questão étnica. Respondendo a isso crê que devam colocar, primeiramente, a sua
285 posição e depois explicar o porquê. A forma que está colocada no documento não
286 assegura uma resposta afirmativa. Já que a UNICAMP tem o PAAIS como inserção
287 socioeconômica propõe que o étnico-racial venha na frente porque é isto que estão
288 discutindo e, portanto, deve estar bem destacado no primeiro parágrafo. O Professor
289 Sergio diz não ver nenhum problema quanto à inversão proposta pela discente
290 Fernanda. Em relação à proposta da Jéssica entende que devem abrir o documento
291 dizendo que são favoráveis à política de inserção tanto étnico-racial como
292 socioeconômica na UNICAMP e, em seguida fazer uma especificação. O item dois que
293 já teve uma pequena modificação poderia sofrer mais uma no sentido de deixar mais
294 claro ainda, nos seguintes termos: "O IG é favorável ao princípio da política de reserva
295 de vagas étnico-raciais." O acadêmico Bruno solicita a palavra para Gustavo Reis de
296 Araújo que sugere que no item dois especifiquem novamente quem são esses grupos.
297 O Professor Sergio diz que não devem ser redundantes. Se forem favoráveis ao
298 princípio da política de reserva de vagas para inserção étnico-racial podem retirar o
299 resto da frase. Ficarão com o mesmo sentido, mas, com palavras que os representam
300 melhor. O discente Gustavo diz que o primeiro item não explicita que, de fato, o IG é
301 favorável a uma política de reserva de vagas. A ordem faz diferença no texto. O
302 Professor Sergio esclarece que embora a partir dos debates a questão étnico-racial
303 tenha acabado sendo o ponto principal, a questão socioeconômica não está retirada do
304 interesse da discussão. Ela estará presente. O único instrumento que afirmam aqui é o
305 de cotas, não falam de PAAIS, do PROFIS, de nada. Estão dizendo que é preciso
306 ampliar a inserção tanto étnico-racial como socioeconômica este é um princípio inicial,
307 abrangente. Logo em seguida está colocada que, no caso do étnico-racial, é adequada
308 a reserva de cotas e, finalmente, fechando o documento que é preciso estudar melhor
309 os diferentes cursos e implantar uma política de acompanhamento. O Professor Márcio
310 diz que também vai defender a manutenção do documento como está redigido. O
311 primeiro parágrafo é para dizer que o IG é favorável a determinados pontos que
312 aparecem ali: à política de inclusão, ao aprofundamento deste debate e a existência de

313 uma política de acompanhamento de permanência. Pela leitura do documento de
314 outros Institutos que aprovaram a questão das cotas pode-se verificar que não aparece
315 a política de permanência. Acredita que essa inclusão no documento do Instituto possa
316 servir para que outras Unidades o acompanhem. A Professora Rosana diz que
317 acompanhou apenas um dos debates, o de ontem à noite, mas ficou muito satisfeita
318 com o fato de terem aberto este espaço no IG para discutir os documentos e as
319 propostas. O encaminhamento que está sendo dado para essa questão das cotas na
320 UNICAMP vai ser muito proveitoso porque vai lhes permitir uma reflexão sobre os
321 desafios que estarão colocados. É fundamental que seja colocada a questão do
322 acompanhamento, do suporte das políticas afirmativas objetivando a permanência e
323 bom desempenho dos ingressantes, sem isto nada mais poderia fazer sentido. Podem
324 fazer um esforço enorme de ampliar o ingresso de alunos com perfil étnico-racial e
325 socioeconômico que reflita a composição populacional no Brasil, no Estado de São
326 Paulo e simplesmente não assegurar que isto vá ter os resultados de inclusão
327 esperados. Não havendo mais comentários o Professor Sergio coloca em votação a
328 proposta apresentada pela Diretoria com as alterações acordadas durante a reunião,
329 que é aprovada, por aclamação, nos seguintes termos: “O Instituto de Geociências é
330 favorável à ampliação das políticas de inserção étnico-raciais e socioeconômicas da
331 UNICAMP para o ingresso de estudantes nos seus cursos de graduação, observando-
332 se a composição étnico-racial e socioeconômica brasileira – e em particular do estado
333 de São Paulo -, apontada pelas pesquisas do IBGE. O Instituto de Geociências é
334 favorável ao princípio da política de reserva de vagas étnico-raciais. O Instituto de
335 Geociências entende ainda que do ponto de vista operacional, é preciso estudar com
336 maior profundidade quais os melhores caminhos para a ampliação da política de
337 inserção étnico-racial e socioeconômica, tendo em conta as particularidades dos
338 diferentes cursos desta Universidade. O Instituto de Geociências recomenda que a
339 UNICAMP implemente sistema de acompanhamento e suporte de políticas afirmativas
340 objetivando a permanência e o bom desempenho acadêmico dos ingressantes. ” Nada
341 mais havendo a ser tratado na reunião, o Senhor Presidente declara encerrados os
342 trabalhos e, para constar, eu Alba Regina Ranzani lavrei a presente Ata que será
343 submetida à aprovação em próxima Reunião Ordinária da Congregação. Campinas, 24
344 de maio de 2017.